



CARTA FINAL DO 3º ENNIQ

Corpo-Território, Reparação, Bem Viver e Resistência na Luta Contra o Racismo Estrutural, o Marco Temporal e a Necropolítica

Nós, negras, negros, indígenas, quilombolas, povos tradicionais, população cigana, servidoras e servidores da educação pública federal, estudantes, militantes dos movimentos populares e sindicais, reunidos em Brasília-DF entre os dias 25 e 29 de novembro de 2025, no 3º Encontro de Negras, Negros, Indígenas e Quilombolas (ENNIQ) do SINASEFE, afirmamos que não haverá democracia enquanto o racismo estrutural, o colonialismo, o patriarcado, a LGBTQIA+fobia, o capacitismo e o capitalismo seguirem organizando a vida e a morte em nosso país.

Reafirmamos que a luta antirracista não é uma pauta secundária. Ela é parte central da luta de classes e da defesa da educação pública, do serviço público e da própria existência dos povos historicamente oprimidos pelo projeto colonial e capitalista brasileiro.

O 3º ENNIQ representa a busca por consolidação e continuidade histórica na implementação de políticas pelo SINASEFE. Somos fruto da resistência construída nos quilombos, aldeias, retomadas, terreiros, periferias, ocupações urbanas e movimentos populares que enfrentaram o escravismo, o genocídio indígena, o racismo institucional e todas as formas de exploração impostas aos povos racializados no Brasil.

O 1º ENNIQ, realizado virtualmente em 03/10/2020, marcou o início da construção coletiva de um espaço nacional de denúncia do racismo institucional dentro da Rede Federal e do próprio movimento sindical. O 2º ENNIQ, realizado entre os dias 22 a 26 de março de 2023 em Maceió-AL, consolidou esse processo como instrumento permanente de formulação política antirracista, antifascista e classista no interior do SINASEFE. Agora, em Brasília, aprofundamos nossa organização coletiva diante do avanço das violências estruturais, do crescimento da extrema direita, da precarização do serviço público, da destruição ambiental e das ofensivas contra os territórios indígenas, quilombolas e tradicionais.

Durante cinco dias, transformamos o Instituto Federal de Brasília em território de memória, ancestralidade, denúncia, formulação política, afeto, espiritualidade, resistência e

construção coletiva. Sob o tema “Corpo-Território, Vozes Coletivas na Luta por Reparação, Bem Viver e Contra o Marco Temporal”, reafirmamos que nossas lutas não estão fragmentadas. A defesa da educação pública, da terra, dos territórios tradicionais, das cotas, da permanência estudantil, da saúde mental, da vida das mulheres, da população trans, negra e indígena fazem parte de uma mesma disputa contra a necropolítica/extermínio e contra todas as formas de opressão.

Iniciamos nossa jornada nas ruas de Brasília, no dia 25/11/2025, integrando a histórica Marcha das Mulheres Negras e reafirmando que não existe justiça social sem reparação histórica. Também ocupamos o Congresso Nacional na mobilização contra a PEC 38/2025, denunciando a Reforma Administrativa como um projeto de destruição do Estado social brasileiro, a precarização das carreiras públicas e aprofundamento das desigualdades raciais e sociais.

Todos esses ataques são impulsionados pelo avanço de uma extrema direita agressiva, racista, machista, LGBTfóbica e profundamente comprometida com um projeto ultraliberal de destruição dos direitos sociais, do serviço público e da organização da classe trabalhadora, tendo como alvo prioritário os setores historicamente oprimidos.

Denunciamos também os limites da política de conciliação de classes implementada pelo governo federal, que mantém compromissos com os interesses das grandes empresas nacionais e internacionais e aprofunda políticas de austeridade, como o arcabouço fiscal, resultando em cortes orçamentários que atingem diretamente as políticas públicas voltadas às mulheres, à população negra, indígena e LGBTQIA+.

Expressamos preocupação com a manutenção de políticas de encarceramento em massa da juventude negra, com os processos de privatização do sistema prisional e com as concessões realizadas aos setores conservadores do Congresso Nacional, que seguem colocando em risco os direitos da população LGBTQIA+, especialmente das pessoas trans.

Por isso, reafirmamos a necessidade de independência política e organização permanente de negras e negros, povos indígenas, povos ciganos, mulheres, imigrantes e população LGBTQIA+ na luta contra a extrema direita, o racismo estrutural, o patriarcado, o capitalismo e todos os ataques aos direitos sociais e democráticos. (*Padronizar os termos que se referem ao grupos étnicos-raciais)

A PEC 38 representa um ataque direto à classe trabalhadora e à população negra, indígena e periférica, que depende dos serviços públicos para sobreviver. Defender o serviço público é defender o acesso à educação, saúde, assistência social, ciência, tecnologia, cultura e dignidade humana.

Não existe luta antirracista sem defesa radical do serviço público.

Não existe emancipação popular sem fortalecimento da educação pública federal.

Reafirmamos também nosso apoio irrestrito à greve nacional dos estudantes dos Institutos Federais, representados no ENNIQ pelo Grêmio estudantil do IFB/FENET, que denunciaram a fome, a precarização da assistência estudantil e a ausência de políticas efetivas de permanência. A fome, a evasão escolar e a exclusão estudantil possuem raça, gênero, classe e território.

Não existe educação emancipadora sem alimentação, moradia estudantil, transporte, acolhimento e condições materiais concretas para permanência e êxito.

O 3º ENNIQ aprofundou o debate sobre reparação histórica, denunciando que o Estado brasileiro e suas instituições foram estruturados sobre a exploração, a escravidão, o genocídio indígena e a expropriação dos territórios tradicionais. A reparação não pode ser reduzida a medidas simbólicas ou compensações superficiais. Ela exige transformação estrutural, redistribuição de riqueza, demarcação de terras indígenas, titulação dos territórios quilombolas, fortalecimento das ações afirmativas, enfrentamento das desigualdades raciais e responsabilização das instituições que historicamente lucraram com a escravidão e o colonialismo.

Denunciamos o “pardismo” como mecanismo histórico de apagamento das identidades negras e indígenas, promovido pelo Estado brasileiro para negar pertencimentos, invisibilizar povos, silenciar denúncias e enfraquecer as lutas por direitos, memória, reparação e território. Reafirmamos a valorização e o reconhecimento das identidades negras e indígenas como formas legítimas de resistência política, reconstrução histórica e enfrentamento ao racismo, ao colonialismo e ao etnocídio.

O encontro reafirmou a importância da luta dos povos ciganos, afro-antilhano e demais povos tradicionais historicamente excluídos e invisibilizados pela lógica colonial e eurocêntrica. Nossa luta antirracista precisa necessariamente ser coletiva, plural, popular e interseccional.

Debatemos profundamente os impactos do chamado “capitalismo verde” e denunciamos a farsa de um modelo de desenvolvimento que destrói territórios enquanto utiliza discursos ambientais para legitimar o avanço do agronegócio, da mineração, do garimpo ilegal e dos grandes empreendimentos sobre a Amazônia, os territórios dos povos tradicionais e outros biomas brasileiros.

Denunciamos o Marco Temporal, a grilagem, o garimpo ilegal, a contaminação dos rios, a violência contra os povos originários e a destruição ambiental promovida pelo capital.

Não existe Bem Viver sem território.

Não existe futuro sem preservação das florestas, soberania dos povos tradicionais e enfrentamento radical à lógica predatória do capital.

Para nós, o Bem Viver não é slogan. É projeto político construído a partir da ancestralidade, da coletividade, do cuidado, da espiritualidade, da dignidade humana, da

relação respeitosa com a terra e da superação das lógicas coloniais e capitalistas que transformam vidas em mercadoria.

As reflexões trazidas pelos povos de terreiro, pelas lideranças indígenas, quilombolas e pelos movimentos populares reafirmaram que defender a terra é defender a própria existência humana. A cosmovisão ancestral nos ensina que a natureza não é recurso explorável, mas condição de vida, memória e continuidade coletiva.

O 3º ENNIQ também lançou um olhar crítico sobre a própria Rede Federal e sobre o movimento sindical. Os dados apresentados no espaço “Quem Somos Nós?” evidenciaram que o racismo institucional continua estruturando as relações de poder dentro das instituições. Enquanto negras, negros, indígenas e quilombolas ocupam majoritariamente os espaços mais precarizados, os cargos de direção, os espaços acadêmicos de maior prestígio e os níveis mais elevados da pós-graduação seguem predominantemente brancos.

A Rede Federal ainda reproduz estruturas profundamente racializadas, marcadas pelo epistemicídio, pela exclusão e pela sub-representação das populações negras e indígenas nos espaços de decisão, pesquisa e produção do conhecimento. Assim, combater o racismo institucional é tarefa central para qualquer projeto de educação emancipadora com a ampliação da aplicação de políticas de ações afirmativas dentro das nossas instituições.

Desta forma reafirmamos o compromisso do sindicato em pressionar as instituições para fazer valer o Decreto nº 11.443/2023 que reserva pelo menos 30% dos cargos de chefia, direção e confiança (CCE e FCE) na Administração Pública Federal para pessoas negras (pretas e pardas) e que já é obrigatório implementar desde dezembro de 2025.

Combater o racismo institucional é tarefa central para qualquer projeto de educação emancipadora.

Reafirmamos a importância dos NEABs, NEABIs, NUGEDs, NAPNEs e demais núcleos de resistência dentro das instituições federais, denunciando sua precarização, folclorização e falta de estrutura. Defender esses espaços é defender a permanência da luta antirracista dentro da Rede Federal.

Também reafirmamos que a disputa sindical é parte fundamental da luta antirracista. Não basta denunciar o racismo institucional nas instituições; é necessário transformar as próprias estruturas do movimento sindical, ampliar a presença de negras, negros, indígenas e quilombolas nos espaços de direção e construir um sindicato efetivamente plural, democrático e comprometido com as bases racializadas da categoria.

O Sinasefinho reafirmou que a luta sindical também se constrói através do cuidado, da afetividade e da construção coletiva de novos horizontes para nossas crianças. Construir

um sindicato antirracista também significa construir espaços seguros, acolhedores e emancipadores para as futuras gerações.

O 3º ENNIQ também reafirmou seu compromisso internacionalista e sua solidariedade aos povos que resistem ao colonialismo, ao apartheid e às políticas genocidas em todo o mundo, denunciando explicitamente o genocídio do povo palestino.

Não existe luta antirracista sem solidariedade internacional entre os povos em resistência.

Mas fomos atravessados brutalmente pela face mais cruel do patriarcado e da misoginia. Na noite do dia 28 de novembro de 2025, nossa plenária final foi interrompida pela notícia do feminicídio das companheiras Allane de Souza Pedrotti Matos e Layse Costa Pinheiro, assassinadas dentro do CEFET-RJ por um colega de trabalho.

O feminicídio de nossas companheiras rompeu violentamente nossa plenária e nos lembrou que o machismo, o armamentismo, a misoginia, o racismo e a violência institucional não são abstrações teóricas. São projetos concretos de morte.

O feminicídio não pode ser compreendido como um fato isolado ou imprevisível. O histórico de denúncias, conflitos e comportamentos violentos do assassino João Antônio Miranda Tello Ramos Gonçalves, somado à incapacidade de impedir a escalada dessa violência até o desfecho trágico, expõe os limites das respostas institucionais diante do machismo, do racismo, da LGBTfobia e de outras formas de opressão. Não basta reconhecer a violência após a tragédia; é preciso construir mecanismos efetivos de prevenção, proteção e responsabilização.

Neste sentido reafirmamos que é imperativo a aprovação do Projeto de Lei nº 896/2023 conhecido como PL da Misoginia onde apontamos ainda o aumento da violência contra as mulheres sobretudo as negras conforme o Mapa Nacional da Violência de Genero que revela a gravidade dessa realidade: em 2022, mais de 202 mil mulheres sofreram algum tipo de violência registrada nos sistemas de saúde, sendo a maioria mulheres negras. Entre as vítimas de violência sexual com identificação racial, mais de 60% eram pretas ou pardas. Entre as mulheres assassinadas no mesmo período, cerca de dois terços eram negras. Em 2024 essa realidade ainda persiste. As mulheres negras são as principais vítimas da violência letal no país, segundo o Atlas. Das 3.642 mulheres assassinadas, 2.457 eram pretas, o equivalente a 67,5% do total registrado. Esses números evidenciam que racismo e a violência do patriarcado seguem atuando conjuntamente na produção da violência e da morte de mulheres negras em nosso país.

Diante dessa tragédia social, reafirmamos nossa luta contra todas as formas de violência de gênero, racismo institucional, violência política e assédio moral presentes nas instituições de ensino e no movimento sindical. Manifestamos também solidariedade irrestrita às companheiras vítimas de racismo, misoginia e violência política em suas bases sindicais e institucionais.

Mesmo diante da dor, encerramos nossas atividades no Quilombo Mesquita, reafirmando que a ancestralidade, a memória, o território e a coletividade seguem sendo nossas maiores ferramentas de resistência.

As formulações construídas coletivamente durante o 3º ENNIQ seguirão orientando os debates e a construção política do SINASEFE no próximo período.

Nossos passos vêm de longe.

Somos continuidade dos quilombos, aldeias, retomadas, terreiros, periferias e movimentos populares que nunca aceitaram o apagamento.

Seguiremos em marcha contra o racismo, o colonialismo, o patriarcado, o fascismo e todas as formas de exploração.

Enquanto houver opressão, haverá resistência.

Enquanto houver memória ancestral, haverá luta.

E enquanto houver povo organizado, haverá esperança.

Companheira Allane, presente!

Companheira Layse, presente!

Hoje e sempre!

Brasília-DF, 03 de junho de 2026.

Plenária Final do 3º ENNIQ do SINASEFE.

ENCAMINHAMENTOS DO 3 Encontro de Negros, Negras, Indígenas e Quilombolas/Novembro 2025

O 3º ENNIQ foi estruturado em três Grupos de Trabalho, construídos a partir dos eixos centrais do encontro: **GT 1 – Polinizando o Bem Viver: diálogos entre os movimentos negro, indígena, quilombola e cigano contra a hegemonia, GT 2 – Interseccionalidade, gênero, raça, classe, sexualidade, deficiência e território, GT 3 – Racismo institucional, educação antirracista, ações afirmativas e enfrentamento ao Marco Temporal.**

Os Grupos de Trabalho aprofundaram debates fundamentais sobre interseccionalidade, racismo institucional, Bem Viver, ações afirmativas, permanência estudantil, defesa dos territórios tradicionais, enfrentamento ao Marco Temporal, combate às opressões e democratização das estruturas sindicais e institucionais.

As discussões apontaram a necessidade de fortalecer os NEABs, NEABIs e grupos correlatos, ampliar as políticas de formação antirracista, defender as cotas raciais e ações afirmativas, enfrentar o racismo institucional na Rede Federal e construir um sindicato cada vez mais plural, democrático, popular e comprometido com as bases racializadas da categoria.

Os GTs também reforçaram a centralidade da permanência estudantil, da saúde mental, do combate à violência de gênero, da defesa dos territórios indígenas e quilombolas e da ampliação da presença de negras e negros, povos indígenas, povos ciganos, mulheres, imigrantes e população LGBTQIA+ nos espaços de direção sindical e institucional.

GT 1 – Polinizando o Bem Viver: Diálogos entre os movimentos negro, indígena, quilombola e cigano contra a hegemonia.

1. Criar um GT Nacional de Questão Racial no SINASEFE e incentivar a criação de GTs permanentes de combate ao racismo nas seções sindicais, assegurando estrutura, orçamento e condições para o desenvolvimento contínuo de ações formativas, políticas e organizativas voltadas à promoção da igualdade racial e ao enfrentamento das opressões.
2. Criar estruturas permanentes de monitoramento e articulação política, como Observatório de Racismo e Políticas Afirmativas, mecanismos de acompanhamento das proposições do ENNIQ, coletivos políticos de pessoas racializadas e observatórios de perfil político, garantindo orçamento e acompanhamento permanente das ações;

3. Orientar e incentivar que todas as seções sindicais constituam pasta, coordenação ou estrutura equivalente destinada às questões étnico-raciais e ao combate às opressões.
4. Levar ao Congresso Nacional do SINASEFE proposições de paridade, representação racial e fortalecimento das estruturas permanentes de combate às opressões;
5. Lutar pela reforma das estruturas institucionais que ampliem a presença de pessoas racializadas em cargos de gestão, especialmente nos colégios federais e instituições da Rede Federal;
6. Defender melhores condições de trabalho e infraestrutura nos campi, incluindo conforto térmico, adequação de espaços físicos e de contemplação, respeito às práticas de matriz africana e valorização das diferentes cosmovisões e territorialidades;
7. Fomentar o conceito de bem viver nas práticas pedagógicas e sindicais, promovendo formações, materiais pedagógicos e ações que valorizem perspectivas afro-brasileiras, indígenas e tradicionais como contraponto ao modelo eurocêntrico e capitalista;
8. Promover no ENNIQ espaços culturais, vivenciais e pedagógicos, incluindo feiras culturais, rodas de conversa, oficinas práticas, manifestações culturais e compartilhamento de experiências pedagógicas;
9. Viabilizar a criação de repositório digital de práticas antirracistas desenvolvidas nos campi;
10. Desenvolver mecanismos de valorização da memória e da trajetória das pessoas mais velhas da luta sindical e antirracista, combatendo o etarismo e promovendo reconhecimento público de suas contribuições históricas;
11. Desenvolver estratégias para implementação de formação política e sindical nas bases, abordando estrutura do SINASEFE, lutas históricas de pessoas racializadas, organização popular, tática sindical e fortalecimento do trabalho de base nos territórios e campi;
12. Reorientar a estrutura de comunicação e ação do SINASEFE para priorizar trabalho de base, ações territoriais, vivências coletivas e fortalecimento da organização local;
13. Promover debates acerca de mecanismos políticos de combate ao assédio e práticas discriminatórias no sindicato, garantindo código de ética, autonomia política, acolhimento, escuta ativa e valorização de trabalhadoras e trabalhadores historicamente invisibilizados.

14. Produzir e divulgar amplamente cartas de repúdio e posicionamentos políticos contra assédio, opressões e práticas discriminatórias no âmbito sindical;
15. Fortalecer a articulação entre o SINASEFE, os NEABs, os NEABIs, os grupos correlatos e as instituições da Rede Federal para o desenvolvimento de ações conjuntas de promoção da equidade racial, bem como defender condições adequadas de funcionamento para esses núcleos.
16. Solicitar para a Direção Nacional que incentive e pressione às seções pela criação de editais temáticos voltados às ações afro-brasileiras, indígenas e antirracistas, garantindo recursos para atividades das seções sindicais e ações nos campi;
17. Pressionar pela regulamentação e ampliação das políticas de cotas, bem como apoiar as lutas dos povos indígenas, especialmente relacionadas à demarcação de terras e manutenção de seus modos de vida;
18. Defender e incentivar a ampliação da participação de pessoas negras e indígenas na produção de livros didáticos, materiais educacionais e políticas públicas de leitura, valorizando perspectivas não eurocêntricas e a democratização do acesso aos espaços de produção intelectual e educacional.
19. Promover e cobrar a realização de levantamentos e censos raciais na Rede Federal, produzindo diagnósticos que subsidiem políticas de equidade racial, ações afirmativas e enfrentamento ao racismo institucional. (Cobrança aos institutos, sugestão de aferição interna, os 30% do decreto)
20. Incentivar e promover ações político-pedagógicas de valorização de epistemologias negras, indígenas e tradicionais, fortalecendo debates sobre descolonização do conhecimento, produção acadêmica crítica e enfrentamento das perspectivas eurocêntricas na educação.
21. Recuperar e fortalecer experiências positivas das edições anteriores do ENNIQ, garantindo orçamento adequado, centralidade política das pautas antirracistas e continuidade das proposições aprovadas;

GT 2 – Colocando a interseccionalidade no centro do debate: Gênero, Raça, Classe, Etnia, Deficiência

Mapeamento, Levantamento de Dados e Estratégia de Interseccionalidade

1. Realizar mapeamento do perfil dos servidores na base do sindicato, contemplando marcadores de gênero, raça, etnia, deficiência, sexualidade e faixa etária.
2. Solicitar a DN para Pluralizar Gênero, raça, etnias, Pessoa com Deficiências, Sexualidades, e Pessoa Idosa. Pontuar masculinidade negra, fazer censo com esses dados.
3. Realizar campanhas públicas para viabilizar as cotas trans.
4. Propor, no próximo CONSINASEFE, a alteração estatutária para implementar critérios objetivos de cotas que assegurem a presença de, no mínimo, 30% de pessoas negras, indígenas, quilombolas e povos ciganos na composição das chapas e das instâncias de direção do SINASEFE, reconhecendo a necessidade de mecanismos concretos para enfrentar a sub-representação histórica nos espaços de poder sindical.
5. Propor a atualização dos instrumentos de filiação (fichas próprias) e dos sistemas de gestão sindical do SINASEFE, incluindo a plataforma Bisaweb, para possibilitar a coleta voluntária de informações sobre gênero, raça, etnia, deficiência, sexualidade e faixa etária, com rigorosa observância à legislação de proteção de dados pessoais vigente.

Produção de Material, Formação Política e Cobranças Institucionais

6. Fomentar o custeio contínuo e a publicação periódica de materiais bibliográficos (revistas ou livros) sobre a questão racial, elaborados prioritariamente por sindicalizados racializados.
7. Criar um repositório com as publicações do SINASEFE sobre Gênero, raça, etnias, Pessoa com Deficiências, Sexualidades, e Pessoa Idosa.
8. Recomendar às Seções Sindicais a criação de pastas ou instâncias específicas de combate às opressões, com a devida previsão e documentação institucional aprovada em seus respectivos Regimentos Internos.
9. Que o SINASEFE e suas bases promovam formação política da comunidade interna e externa, enquanto letramento racial e interseccional.

10. Garantir formações presenciais nas bases sindicais para a discussão de todas as pautas interseccionais, cabendo à respectiva Coordenação indicar facilitadores nos casos em que não houver disponibilidade local.

11. Reivindicar política e administrativamente o pagamento de Função Gratificada (FG), com a devida equiparação, para a coordenação de NEABIs e de núcleos de gênero e sexualidades; pleiteando-se, onde não houver previsão institucional de FG, a remuneração proporcional pela atividade exercida, em continuidade às resoluções de CONSINASEFEs e ENNIQs anteriores.

12. Cobrar das instituições da Rede Federal, por meio do CONIF, a devida remuneração para os membros de bancas de heteroidentificação.

13. Acompanhar e revisar sistematicamente as ações propostas nas edições anteriores dos encontros do SINASEFE.

Aposentados e outros GTs

14. Fomentar a participação de servidores aposentados na luta sindical, promovendo espaços para discussões amplas sobre o cenário político-social.

17. Reivindicar à Direção Nacional (DN) a ampliação dos espaços e do tempo destinados às atividades dos Grupos de Trabalho (GTs) nos encontros do SINASEFE, garantindo condições adequadas para o debate qualificado e a construção coletiva. Adicionalmente, propor que os GTs indiquem objetivamente a Coordenação ou instância responsável pelo encaminhamento, acompanhamento e monitoramento das proposições aprovadas, visando fortalecer a efetividade de sua implementação e a prestação de contas.

GT 3 – Análise, Perspectivas e Propostas sobre Racismo Institucional, Educação Antirracista e o Marco Temporal nas Bases do SINASEFE.

1. Lutar pela inclusão efetiva de pessoas trans nos espaços institucionais, políticos e nas políticas de permanência.

2. Lutar pela inclusão dos povos ciganos nas políticas institucionais e instâncias de representação.

3. Reivindicar a concessão de Funções Gratificadas (FGs) e a alocação de carga horária dedicada para os servidores atuantes nos NEABIs.

4. Implementar, no âmbito da Direção Nacional do SINASEFE, uma política de editais voltada ao fomento de NEABs, NEABIs e grupos correlatos,

recomendando-se fortemente que as Seções Sindicais adotem prática orçamentária similar em suas bases.

5. Exigir o devido acolhimento e acompanhamento institucional para as pessoas racializadas, além da garantia da reserva de vagas, fortalecendo a atuação política e pedagógica dos NEABIs nesses processos.

6. Promover a realização periódica de encontros temáticos virtuais e fomentar a criação de Grupos de Trabalho interinstitucionais, visando à formulação e implementação de minutas e protocolos de enfrentamento ao racismo nas Instituições de Ensino.

7. O Sinasefe fomentar a existência de GT interinstitucionais para atuarem na construção e implementação de minutas e protocolos antirracistas

8. Fomentar o diálogo institucional contínuo entre o SINASEFE e os NEABIs da Rede Federal, encabeçando a articulação para a criação de um Fórum Nacional de NEABIs.

9. Fomentar a atuação do movimento negro educador como instrumento de letramento crítico e de fortalecimento do diálogo com a sociedade civil.

10. Reivindicar a inclusão da temática antirracista nas atividades de acolhimento de novos servidores, bem como propor a criação de um protocolo institucional de mediação de conflitos.

11. Exigir a efetiva regulamentação e aplicação da cota de 30% para pessoas racializadas na administração institucional.

12. Orientar a Direção Nacional a cobrar rigorosamente o cumprimento das ações afirmativas junto aos Institutos Federais e instituições que compõem a base do Sindicato.

13. Fomentar e qualificar as parcerias institucionais e políticas entre o SINASEFE e os NEABIs.

14. Lutar pelo combate ao racismo institucional por meio da exigência de regras claras, rigorosas e uniformes para o funcionamento das bancas de heteroidentificação.

15. Garantir o acompanhamento e a fiscalização ativa, por parte do SINASEFE, da aplicação da cota de 30% em cargos de gestão.

16. Reafirmar a defesa incondicional do serviço público e a luta irrestrita contra a Reforma Administrativa.

17. Orientar as Seções Sindicais a pesquisarem e fiscalizarem a implementação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 em suas bases, efetuando as devidas cobranças junto às gestões dos IFs, à SETEC e ao MEC.

18. Fomentar a implementação de modelos de banheiros individuais sem divisão de gênero, utilizando como referência a boa prática estrutural observada no campus Belford Roxo do IFRJ.

19. Reivindicar assento formal para a representação do Sindicato nos Conselhos Superiores (CONSUP), Comissões Permanentes de Pessoal Docente (CPPD) e demais instâncias deliberativas institucionais.

20. Garantir assistência imediata, por meio da Coordenação Jurídica e Relação de Trabalho, e a emissão formal de notas de repúdio institucionais, por meio da Coordenação de Comunicação, a estudantes e servidores vítimas de agressões racistas em eventos institucionais e estudantis.

21. Defender e exigir a correta e rigorosa aplicação da lei de cotas raciais nos concursos públicos, atuando politicamente para coibir práticas e expedientes de burla institucionais.

22. Promover a confecção e a divulgação nacional de uma cartilha sindical de educação e enfrentamento antirracista.

23. Fomentar a implementação de políticas contínuas de formação antirracista para todos os servidores da base.

24. Acompanhar ativamente e incidir sobre a aplicação do Decreto nº 9.991/2019 (Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas), garantindo o atendimento às pautas raciais e de letramento na qualificação da categoria.

25. Reivindicar que a política de contratação de professores substitutos (limitada a até 5% do quadro efetivo) cumpra integralmente as diretrizes de cotas raciais.

26. Exigir o atendimento aos Decretos de ações afirmativas nos programas de pós-graduação da Rede Federal, logo após a devida realização do mapeamento institucional.

27. Lutar pela garantia e ampliação das cotas raciais nos concursos públicos e cargos de gestão para os Técnico-Administrativos em Educação (TAEs).

28. Assegurar a ampliação da carga horária destinada às atividades dos Grupos de Trabalho (GTs) nas próximas edições do ENNIQ.

29. Exigir a imediata implementação do Decreto nº 11.443/2023 (sobre reserva de vagas), cobrando enfaticamente o cumprimento da cota de 30% de pessoas negras nos cargos de chefia e direção.

30. Cobrar da Direção Nacional e demais instâncias a efetiva realização e cumprimento dos encaminhamentos deliberados no 2º ENNIQ.

31. Defender a autonomia política e administrativa dos NEABIs, reivindicando que a escolha de suas coordenações ocorra por meio de eleição direta entre seus pares.
32. Promover debates sobre as distinções e limites de atuação entre a Assessoria Jurídica do Sindicato e as procuradorias jurídicas institucionais, buscando dirimir conflitos de competência.
33. Articular pautas e demandas por educação profissional específicas para os povos impactados pelo avanço do Marco Temporal, respeitando as territorialidades.
34. Criar um Grupo de Trabalho (GT) de assessoria à Coordenação de Políticas para Questões Ético-Raciais e demais coordenações correlatas, com sua necessidade de continuidade condicionada às avaliações periódicas previstas no Regimento Interno.
35. Instituir, no âmbito da Direção Nacional, a obrigatoriedade da promoção de formação política e letramento étnico-racial contínuos, e recomendar expressamente às Seções Sindicais a adoção de programas de formação equivalentes em suas bases.
36. Discutir, promover e lutar pela efetivação da Política Nacional de Educação Escolar Quilombola.
37. Reafirmar o posicionamento político da entidade e intensificar todas as frentes de luta e mobilização social contra a vigência do Marco Temporal.
38. Fomentar debates qualificados visando diferenciar claramente o exercício e as fronteiras do trabalho sindical frente às atribuições do trabalho institucional.
39. Reivindicar institucional e politicamente a inclusão explícita da categoria dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) nas cotas de 30% estabelecidas nos Decretos para cargos de gestão.
40. Fomentar e exigir a implementação de políticas e espaços permanentes de letramento racial nas bases da categoria.
41. Fomentar e exigir a implementação de políticas e espaços permanentes de letramento de gênero e combate às violências nas bases da categoria.